

## SUMÁRIO

1. Identificação	
2. Responsabilidades Institucionais	
2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	
3. Estratégias de Atuação	
4. Gestão de Programas e Ações	
4.1. Programas	
4.1.1. Programa: <b>0472 - PROANTAR</b>	
4.1.1.1. Dados Gerais	
4.1.1.1.2. Principais Ações do Programa	
4.1.1.1.3. Gestão das Ações	
4.1.1.1.3.1. Ação – 6618 - Monitoramento das Mudanças Locais e Globais Observadas na Antártica	
4.1.1.1.3.1.1. Dados Gerais	
4.1.1.1.3.1.2. Resultados	
4.1.2. Programa: <b>0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO</b>	
4.1.2.1. Dados Gerais	
4.1.2.1.2. Principais Ações do Programa	
4.1.2.1.3. Gestão das Ações	
4.1.2.1.3.1. Ação – 8665 – Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira	
4.1.2.1.3.1.1. Dados Gerais	
4.1.2.1.3.1.2. Resultados	
4.1.3. Programa: <b>0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO</b>	
4.1.3.1. Dados Gerais	
4.1.3.1.2. Principais Ações do Programa	
4.1.3.1.3. Gestão das Ações	
4.1.3.1.3.1. Ação – 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima	
4.1.3.1.3.1.1. Dados Gerais	
4.1.3.1.3.1.2. Resultados	

4.1.4. Programa: <b>1346 - QUALIDADE AMBIENTAL</b>	
4.1.4.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.2. Principais Ações do Programa	
4.1.4.1.3. Gestão das Ações	
4.1.4.1.3.1. Ação – 11MA – Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental	
4.1.4.1.3.1.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.1.2. Resultados	
4.1.4.1.3.2. Ação – 2272 – Gestão e Administração do Programa	
4.1.4.1.3.2.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.2.2. Resultados	
4.1.4.1.3.3. Ação – 0A42 – Apoio a Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos - P2R2	
4.1.4.1.3.3.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.3.2. Resultados	
4.1.4.1.3.4. Ação – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas	
4.1.4.1.3.4.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.4.2. Resultados	
4.1.4.1.3.5. Ação – 2B85- Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental	
4.1.4.1.3.5.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.5.2. Resultados	
4.1.4.1.3.6. Ação – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental	
4.1.4.1.3.6.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.6.2. Resultados	
4.1.4.1.3.7. Ação – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria de Petróleo.	
4.1.4.1.3.7.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.7.2. Resultados	
4.1.4.1.3.8. Ação – 2D05 – Promoção da Proteção à Atmosfera.	
4.1.4.1.3.8.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.8.2. Resultados	

4.1.4.1.3.9.Ação – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis.	
4.1.4.1.3.9.1. Dados Gerais	
4.1.4.1.3.9.2. Resultados	
5. Desempenho Operacional	
6. Previdência Complementar Patrocinada	
7. Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal	
8. Operações de Fundos	
9.Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins	
Anexo A – Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais(conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	
Anexo B Demonstrativo de Perdas, Extravios ou Outras Irregularidades(conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	
Anexo C Despesas com Cartão de Crédito Corporativo(conforme item I – 1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	
Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle(conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	
Anexo E Demonstrativo de Transferências realizadas no Exercício(conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1. OBJETIVOS

<b>Nome Completo da Unidade e Sigla</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ	
<b>Natureza Jurídica</b>	Administração Direta – Poder Executivo Federal	
<b>Vinculação Ministerial</b>	Ministério do Meio Ambiente	
<b>Normativos de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	Decreto Nº 6.101 de 26/04/2007, publicado no Diário Oficial da União de 27/04/2007.	
<b>CNPJ</b>	37.115.375/0005-30	
<b>Nome e Código no SIAFI</b>	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.	
<b>Código da UJ titular do Relatório</b>	440031	
<b>Código das UJ Abrangidas</b>	440076	
<b>Endereço Completo da Sede</b>	Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 8º Andar – CEP – 70.068- 901 - Brasília – DF Telefones – (61) 3317-1230 /3317-1204 – Fax- (61) 3317-1760	
<b>Endereço da Página Institucional na Internet</b>	<a href="http://www.mma.gov.br/port/sqa/index.cfm">www.mma.gov.br/port/sqa/index.cfm</a>	
<b>Situação da Unidade Quanto ao Funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de Governo Predominante</b>	Gestão Ambiental	
<b>Tipo de Atividade</b>		
<b>Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI</b>	Nome- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	Código - 440031

## 2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

### 2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS

## 3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

## 4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

## 4.1. PROGRAMAS

### 4.1.1. PROGRAMA: 0472 – PROANTAR

#### 4.1.1.1 – DADOS GERAIS

<b>Tipo de Programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo Geral</b>	Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica.
<b>Gerente do Programa</b>	Capitão de Mar e Guerra Denis Teixeira de Jesus
<b>Gerente Executivo</b>	Dilermando Ribeiro Lima
<b>Indicadores ou Parâmetros Utilizados</b>	Taxa de pesquisas realizadas na Antártica
<b>Público-Alvo(Beneficiários)</b>	Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR.

#### 4.1.1.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

##### Monitoramento das Mudanças Locais e Globais Observadas na Antártica

#### 4.1.1.3. GESTÃO DAS AÇÕES

##### 4.1.1.3.1. AÇÃO – 6618 – Monitoramento das Mudanças Locais e Globais Observadas na Antártica

##### 4.1.1.3.1.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	<u>Monitoramento local</u> : garantir ao País o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Protocolo de Madri por meio da avaliação dos impactos das atividades brasileiras no ambiente antártico; cumprir compromissos firmados internacionalmente, em que o Brasil atua como Coordenador da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

	do Almirantado; implementar o Programa de Monitoramento Ambiental estabelecido para a Baía do Almirantado. <u>Monitoramento global</u> : investigar os reflexos das alterações ambientais globais percebidas na Antártica e seus efeitos sobre o território brasileiro; sensibilizar a sociedade para questões antárticas; inserir a Antártica nas discussões nacionais sobre as mudanças climáticas.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Ministério do Meio Ambiente Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR, participam também das decisões: Ministério das Relações Exteriores Marinha do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia Coordenadores do Grupo de Operações (GO) e do Grupo de Assessoramento (GA/CNPq).
<b>Unidades Executoras</b>	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Departamento de Mudanças Climáticas
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ruy de Góes Leite de Barros
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

#### 4.1.1.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.1.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Relatório Ambiental Elaborado	19	19

##### 4.1.1.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.300.000	549.000	751.000	751.000	751.000

##### 4.1.1.3.1.2.3. Resultados

1. Foi elaborado o Programa de Monitoramento do Clima e do Meio Ambiente Antártico e realizadas as duas primeiras fases: planejamento e adoção;
2. Foram realizadas atividades de coordenação da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado: inspeção antártica, reunião com outros países, definição de competências, e implementação do site da AAEG;
3. Publicações elaboradas: “O Brasil e o Meio Ambiente Antártico” (5000 volumes lançado em dezembro/2007) e o “Relatório de Estado do Meio Ambiente da Baía do Almirantado”, que foi traduzido para inglês e será editado em breve.
4. Iniciou-se a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos para a Estação Antártica Comandante Ferraz;
5. Foram realizados 3 oficinas de trabalho: 2 para elaboração do programa de monitoramento e 1 para elaboração do relatório de estado do meio ambiente antártico;
6. Foram elaboradas 22 avaliações de impacto ambiental; entre outras atividades como participação de reuniões nacionais e internacionais referentes a assuntos antárticos (ATCM, CEP, RAPAL) e divulgação do Programa por meio de palestras e audiências públicas.
7. Foram acompanhados os 19 estudos, sobre diferentes temas, realizados na Antártica.

#### **4.1.2. PROGRAMA: 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO**

##### **4.1.2.1 – DADOS GERAIS**

<b>Tipo de Programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo Geral</b>	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País
<b>Gerente do Programa</b>	Egon Krakhecke
<b>Gerente Executivo</b>	Roberto Ricardo Vizentin
<b>Indicadores ou Parâmetros Utilizados</b>	– Taxa de Zoneamento do Território Nacional
<b>Público-Alvo(Beneficiários)</b>	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores).

##### **4.1.2.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

- Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira

##### **4.1.2.3. GESTÃO DAS AÇÕES**

#### **4.1.2.3.1. AÇÃO – 8665 – Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira**

##### **4.1.2.3.1.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Sistematizar e ampliar o nível de conhecimento sobre a dinâmica sócio-ambiental e tendências de uso dos espaços litorâneos, com estabelecimento de cenários e proposta de planejamento.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Unidades Executoras</b>	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ademilson Zamboni
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

#### 4.1.2.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.2.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Zoneamento realizado	6	2

##### 4.1.1.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
494.203	380.923	113.280	113.280	113.280

##### 4.1.2.3.2.3. Resultados

Dentro das ações de divulgação dos produtos ligados à gestão costeira e marinha, apoiou-se a publicação dos "dados pretéritos" sobre prospecção pesqueira e abundância de estoques marinhos no Brasil nas décadas de 1960 a 1990.

– Realização do II Workshop Nacional "Diretrizes técnicas e institucionais para o Gerenciamento Costeiro nas esferas federal e estadual", que possibilitou a definição de encaminhamentos e propostas para o fortalecimento da gestão costeira junto aos estados litorâneos, entre elas: (i) elaboração de um roteiro de projeto para abranger e apoiar iniciativas inerentes à gestão da orla marítima; (ii) elaboração de cartilha com as experiências bem sucedidas de implementação do Projeto Orla; (iii) estratégia de comemoração dos 20 (vinte) anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

### **4.1.3. PROGRAMA: 0794 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

#### **4.1.3.1 – DADOS GERAIS**

<b>Tipo de Programa</b>	Serviços ao Estado
<b>Objetivo Geral</b>	Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.
<b>Gerente do Programa</b>	Alexandra Reschke
<b>Gerente Executivo</b>	
<b>Indicadores ou Parâmetros Utilizados</b>	- Número-Índice de Imóveis Regulares - Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial
<b>Público-Alvo(Beneficiários)</b>	Sociedade, Órgãos e Entidades da Administração Pública

#### **4.1.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

- Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima

#### **4.1.3.3. GESTÃO DAS AÇÕES**

##### **4.1.3.3.1. AÇÃO – 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima.**

##### **4.1.3.3.1.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Instrumentalizar estados e municípios para aplicação dos procedimentos do Projeto Orla, nas áreas de patrimônio da União, visando à ocupação planejada dos espaços e o uso sustentável dos recursos ambientais, mediante parcerias entre o governo e a sociedade.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Unidades Executoras</b>	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ademilson Zamboni
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

#### 4.1.3.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.3.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Município Apoiado	40	3

##### 4.1.3.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADADO
787.443	528.925	258.518	258.518	258.518

##### 4.1.3.3.1.2.3 Resultados

– A Coordenação Nacional do Projeto Orla desenvolveu ações de apoio e qualificação no atendimento aos municípios, adequando as mudanças conceituais do Projeto, que incorpora, por exemplo, a questão de regularização fundiária e integração com o plano diretor. Para tanto, foram formados 38 instrutores na metodologia do Projeto Orla. Simultaneamente, ocorreu um fortalecimento da coordenação estadual do Projeto, com a institucionalização de comissões técnicas estaduais.

– Os recursos foram utilizados para a republicação dos documentos-base do Projeto Orla: Subsídios; Fundamentos; Manual e Guia de Implementação.

– Foram assegurados parte dos recursos a serem aplicados nos serviços de Avaliação do Projeto Orla, contratados mediante seleção.

#### **4.1.4. PROGRAMA: 1346 – QUALIDADE AMBIENTAL**

##### **4.1.4.1 – DADOS GERAIS**

<b>Tipo de Programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo Geral</b>	Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de emissões de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, da identificação de impactos e vulnerabilidades à mudança do clima e a definição de medidas de adaptação
<b>Gerente do Programa</b>	Thelma Krug
<b>Gerente Executivo</b>	Rudolf de Noronha
<b>Indicadores ou Parâmetros Utilizados</b>	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs)
<b>Público-Alvo(Beneficiários)</b>	Sociedade

##### **4.1.4.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

- Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental;
- Gestão e Administração do Programa;
- Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida e Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – P2R2;
- Prevenção da Contaminação e Gerenciamento de Substâncias Perigosas;
- Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental;
- Capacitação para Qualidade Ambiental;
- Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo;
- Promoção da Proteção da Atmosfera; e
- Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis.

##### **4.1.4.3. GESTÃO DAS AÇÕES**

###### **4.1.4.3.1. AÇÃO – 11MA – Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental**

#### 4.1.4.3.1.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Melhorar a eficiência e a eficácia da aplicação dos instrumentos de controle ambiental nas fases de planejamento, implantação e operação de empreendimentos de infra-estrutura e de atividades que causem a degradação do meio ambiente.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas / Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental
<b>Unidades Executoras</b>	440031 -Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental / Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental e Gerência de Política para o Licenciamento Ambiental
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Moema Pereira Rocha de Sá
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

#### 4.1.4.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.4.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Sistema Modernizado	25%	25%

##### 4.1.4.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.227.665	112.307	1.115.358	1.115.358	1.115.358

##### 4.1.4.3.1.2.3 Resultados

O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental - DLAA, vinculado à Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, foi criado pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que reestruturou o Ministério do Meio Ambiente. Além da implementação das atividades para cumprir as atribuições definidas no novo marco legal, o DLAA deu continuidade às atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos extintos Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental e Projeto de Instrumentos de Gestão Ambiental, vinculados à extinta Secretaria de Qualidade Ambiental. Durante o exercício de 2007, destaca-se a realização das seguintes ações:

### **I - Capacitação:**

a) Curso Auditoria Ambiental – Análise e Interpretação da NBR 14001, com vinte e quatro horas/aula, realizado em Brasília/DF, com participação de vinte e seis técnicos dos setores de auditoria ambiental, fiscalização e licenciamento de atividades no setor de petróleo e gás dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama;

b) quatro Cursos de Formação de Auditores Ambientais, em observância à Resolução Conama nº 306, de 5 de julho de 2002, com quarenta horas/aula cada evento, realizados nas cidades de Florianópolis/SC, Maceió/AL, São Luís/SC e Vitória/ES, com participação de noventa e oito técnicos dos setores de auditoria ambiental, fiscalização e licenciamento de atividades no setor de petróleo e gás dos órgãos do Sisnama.

### **II – Seminários, workshops, Reuniões Técnicas**

1º *Workshop* sobre Licenciamento Ambiental de Portos Marítimos: Regiões Sul e Sudeste, realizado em Brasília/DF em 13 e 14 de dezembro, para tratar de questões relacionadas ao licenciamento ambiental dos portos marítimos, com participação de oitenta profissionais, entre gestores públicos e técnicos das esferas federal e estadual.

### **III - Comissões e Grupos de Trabalho:**

a) presidência da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama;

b) participação na Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criada pela Resolução nº 26, de 15 de agosto de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência de República, para acompanhar denúncias de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País, apresentar sugestões e propostas no que concerne à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas;

c) participação no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MMA nº 22, de 24 de janeiro de 2005, para acompanhar, avaliar, informar e apoiar, mediante recomendações compatíveis com a Política Nacional de Meio Ambiente, a implantação e execução do Programa Nacional do Biodiesel;

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

*d)* participação no Grupo de Trabalho de Licenciamento Ambiental de Aqüicultura, da Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros, do Conama;

*e)* participação no Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Política Nacional de Ordenamento Territorial, da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas, do Conama;

*f)* participação no Grupo de Trabalho de Monitoramento e Análise dos Efeitos da Resolução Conama nº 369/2006, da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas, do Conama;

*g)* participação no Grupo de Trabalho de Licenciamento Simplificado de Aterros Sanitários (Resolução Conama nº 308/2002), para tratar da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos, do Conama;

*h)* participação no Grupo de Trabalho de Monitoramento Permanente da Resolução Conama nº 362/2005, da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos, do Conama;

*i)* participação na elaboração do Plano Nacional de Emergência Individual (Resolução Conama nº 293/2001), da Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infra-Estrutura, do Conama;

*j)* participação na Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo, instituída pelo Decreto s/nº de 24 de agosto de 2005;

*l)* participação no Comitê Técnico de Acompanhamento e Assessoramento do Programa Nacional de Controle da Malária, instituído pela Portaria MS nº 59, de 4 de novembro de 2005, vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde;

*m)* participação no Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro, por meio da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - COPRON/SIPRON, coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, e instituído pelo Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, regulamentado pelo Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997;

*n)* participação na Comissão Interna de Biossegurança em Meio Ambiente (Comissão de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados e derivados e de seus impactos sobre o meio ambiente), instituída pela Portaria MMA nº 352, de 6 de dezembro de 2005, alterada pela Portaria MMA nº 313, de 31 de outubro de 2006;

*o)* participação em reuniões de revisão do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC, firmado perante o Ministério Público Federal, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, referente à execução das regras e

princípios para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, promovidos pelo Incra;

p) coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MMA nº 488, de 14 de setembro de 2007, para manifestação técnica sobre o Relatório Conclusivo da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai, e

q) coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MMA nº 561, de 21 de novembro de 2007, para acompanhar e sistematizar o monitoramento do licenciamento ambiental federal dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

#### **IV - Publicações:**

a) Manual de Normas e Procedimentos para o Licenciamento Ambiental Federal, elaborado em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;

b) Manual de Normas e Procedimentos para o Licenciamento Ambiental Federal – Empreendimentos de Mineração, elaborado em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;

c) Apostila de Auditoria Ambiental - Metodologia de Análise de Relatórios de Auditoria Ambientais, segundo Resolução CONAMA nº 306/2002, e

Compêndio de Auditoria Ambiental (em fase de conclusão).

#### **V - Comentários Gerais**

As atividades desenvolvidas visaram atender objetivos específicos relacionados, primeiramente à **capacitação**, atividade essencial para qualificar a aplicação do licenciamento ambiental por meio de técnicas e metodologias de apoio. A capacitação promovida visa, adicionalmente e fundamentalmente, promover a integração dos órgãos ambientais licenciadores, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Essa é uma estratégia fundamental, a fim de propiciar as condições para a aplicação do licenciamento de forma harmônica e sob as mesma fundamentação técnica.

A realização de workshops ou outros formatos de fóruns para debater temáticas de interesse para o licenciamento ambiental, como o 1º *Workshop* sobre **Licenciamento Ambiental de Portos Marítimos: Regiões Sul e Sudeste**, tem por objetivo estabelecer condições necessárias à **harmonização** dos procedimentos de licenciamento ambiental entre os integrantes do SISNAMA, em consonância com os setores empreendedores, Ministério Públicos e outros atores envolvidos nas atividades a serem licenciadas. Essa atividade visa promover o debate em torno do instrumento – licenciamento ambiental, e dos procedimentos administrativos e métodos, além de firmar a necessária integração entre os segmentos envolvidos.



Além do Workshop, a participação em vários grupos de trabalho visa criar as condições necessárias para a construção desse processo de harmonização de procedimentos, em especial nos grupos de trabalho instituídos no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. A participação nesses grupos de trabalho atende ao requisito essencial de promover a **modernização, revisão e atualização do marco regulatório** referente ao licenciamento ambiental.

No bojo das atividades relacionadas à capacitação e harmonização do processo de licenciamento ambiental, a produção de manuais técnicos temáticos e de compêndios constitui-se em atividade de grande importância para a prática do licenciamento, na medida em que fornece elementos tecnicamente consistentes e sistematizados sobre a abordagem e tratamento de determinadas tipologias ou empreendimentos a serem licenciados, minimizando uma possível subjetividade no processo de análise dos estudos ambientais.

Outros fóruns de participação constituem-se em espaço de diálogo e conversação, de efetivação da **transversalidade**, um dos pilares da política ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Nesses espaços são discutidos e estabelecidos entendimentos sobre a necessária inserção da componente ambiental nos planejamentos setoriais, seus limites e possibilidades.

#### 4.1.4.3.2. AÇÃO – 2272 – Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.4.3.2.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Unidades Executoras</b>	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Rudolf de Noronha
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

#### 4.1.4.3.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.4.3.2.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Não tem meta física	-	-

##### 4.1.4.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONIVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.070.015	13.353	1.056.662	1.029.217	1.029.217

##### 4.1.4.3.1.2.3 Resultados

**A execução se refere às despesas com passagens e diárias para Servidores, Gerentes, Diretores e o Secretário de Qualidade Ambiental envolvidos na execução de ações finalísticas do Programa, além da execução de atividades que não foram contempladas com ações no PPA por se tratarem da elaboração e desenvolvimento de Políticas Públicas, definição de estratégias, estudos técnicos, etc.**

Atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito do GAP:

As atividades voltadas a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados à ampliação do uso fontes de energia ambientalmente adequadas, a eficiência energética, ao acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor energético incluindo hidroelétrico, petrolífero, gás e de biocombustíveis, bem como o acompanhamento das ações do governo brasileiro no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Montreal são desenvolvidas por intermédio do GAP.

Dentre os principais resultados alcançados no período 2007 destacam-se:

#### 1) Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Como membro da Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, a SMCQ/MMA participa da análise das atividades de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL submetidos à Comissão. O objetivo da análise procedida é verificar se as atividades de projeto realmente contribuem para o desenvolvimento sustentável do país e se cumprem a legislação ambiental brasileira.

Em 2007 o MMA analisou 60 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, nos setores de energia, saneamento, suinocultura, industria, entre outros. Destes 41 foram

aprovados, 7 foram aprovados com ressalva, 8 encontraram-se em revisão e três ainda estão tramitando. O potencial de redução de emissões dessas atividades atingem cerca de três milhões de toneladas de dióxido de carbono - CO<sub>2</sub> equivalente por ano. O potencial de redução de emissões dos 52 projetos aprovados em 2006 encontra-se em torno de 37.143.760 toneladas de CO<sub>2</sub> para o primeiro período de obtenção de créditos (sete anos para algumas atividades e 10 anos para outras). Desde 2004, no âmbito da Organização das Nações Unidas, o Brasil registrou no Conselho Executivo do MDL 113 projetos, num total de 896, o que corresponde à cerca de 12,6% do total de projetos registrados em todo o mundo.

## **2) Participação em negociações internacionais sobre mudanças climáticas:**

Acompanhamento e defesa dos interesses brasileiros nas reuniões internacionais referentes à mudança global do clima, principalmente nas Sessões da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nas Reuniões das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP) e nas Reuniões dos Órgãos Subsidiários de Implementação e de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBI e SBSTA). Os seguintes assuntos são profundamente acompanhados pelos técnicos do NEMC: i) adaptação dos países aos efeitos das mudanças climáticas; ii) destruição do HFC-23 na produção do HCFC-22; iii) emissões proveniente da aviação e transporte marítimo; iv) workshops do diálogo de longo prazo; v) reuniões do Grupo de Trabalho Ad Hoc para lidar com o futuro do regime e vi) interface entre o Protocolo de Montreal e a Convenção sobre Mudança do Clima.

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas o governo brasileiro tem defendido a proposta de incentivos positivos para a redução de emissões provenientes do desmatamento nos países em desenvolvimento. Na última reunião das Partes, realizada no período de 2 a 15 de dezembro em Bali, o Brasil apresentou, também, a proposição de transformar a redução de emissões decorrentes da deflorestamento em um sistema de fundo de conservação e uso sustentável da floresta e promover iniciativas que demonstrem a viabilidade de um mecanismo de incentivo à redução de emissão por desflorestamento.

## **3) Plano Nacional de Mudanças Climáticas**

A SMCQ elaborou e negociou a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas que culminou com a publicação do Decreto nº 6.263, o qual que instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudanças Climáticas - CIM, coordenado pela Casa Civil e compota por 13 ministérios. A CIM tem como missão: orientar a elaboração, a implementação e o monitoramento do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, propor ações prioritárias a serem implementadas no curto prazo, apoiar a articulação internacional necessária à execução das ações conjuntas, troca de experiências, transferências de tecnologia e capacitação. O Plano compreende quatro eixos: mitigação; adaptação; pesquisa e desenvolvimento e capacitação e divulgação. Em sua elaboração o Plano prevê ampla participação social, por intermédio de consultas públicas, reuniões regionais, bem como

por intermédio da III Conferência Nacional de de Meio Ambiente, que tem por tema as mudanças climáticas. Conforme previsto no Decreto a proposta preliminar do Plano deve ser apresentado pelo CIM até 31 de abril do corrente ano.

#### **4) Apoio às atividades do Fórum Brasileiro e dos Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas**

O MMA continua prestando apoio ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, participando ativamente de suas iniciativas, em todo o território nacional. O Fórum foi estabelecido em junho de 2000, pelo Decreto nº 3.515 visando fomentar, em âmbito nacional, os temas relacionados às mudanças climáticas, incluindo mitigação e adaptação a seus efeitos e o MDL. Além disso, tem participado ativamente das iniciativas implementadas pelos fóruns estaduais.

#### **5) Grupo de Trabalho de Mudança do Clima do MMA**

O GT, criado com a finalidade de: i) Subsidiar a posicionamento do MMA no tema mudanças climáticas; ii) promover a articulação com os demais membros do GT; iii) levar ao conhecimento dos presentes o andamento de discussões associadas ao tema junto a outros ministérios, organismos nacionais e internacionais. Mais recentemente o GT foi engajado também na elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas como fórum adequado a articular as ações do MMA no âmbito do Plano.

#### **6) Eficiência Energética**

Trabalho em conjunto do Núcleo de Energia e Mudanças Climáticas - NEMC e do Núcleo Ozônio: Deu-se continuidade à Cooperação Técnica entre este Ministério e distribuidoras de energia elétrica no sentido de promover a substituição de refrigeradores domésticos antigos, de alto consumo de eletricidade, por equipamentos novos, mais eficientes em comunidades de baixa renda. Nesse caso, os ganhos ambientais ocorrem em três frentes: eficiência energética, proteção da camada de ozônio, e do sistema climático global. Os impactos ambientais positivos ocorrem como resultado da retirada de uso dos refrigeradores antigos e ineficientes em termos energéticos e utilizadores de gases como o CFC e o HCFC. Essas substâncias são, de maneira concomitante, degradadoras da camada de ozônio e potentes gases de efeito estufa. Os gases são retirados dos refrigeradores velhos e reciclados. A aquisição e distribuição dos refrigeradores novos são realizadas com recursos das concessionárias por meio dos Programas de Eficiência Energética. Em 2007 foram firmados Acordo de Cooperação Técnica com cinco Distribuidoras de Energia Elétrica, ELETROACRE – Companhia de Eletricidade do Acre, AMPLA – Energia e Serviço S/A, COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, CELPE – Companhia Energética de Pernambuco e CHESP – Companhia Hidroelétrica São Patrício. Foram recolhidos 358 Kg de CFC-12 e 300 Kg de HCFC-22 no âmbito dos Acordos. Esse montante equivale a cerca de 4 372 toneladas de Carbono equivalente evitadas. A emissão evitada a partir da cooperação com essas cinco empresas equivalem a mais de 1% da redução anual a ser alcançada pelos projetos de MDL no Brasil.

## 7) Protocolo de Montreal

As ações são realizadas com recursos de doação do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. Dentre as principais atividades executadas em 2007, ressaltam-se:

a) **Conversão industrial** - os projetos de conversão industrial no setor de espumas e refrigeração comercial estão em fase final de implementação, com a elaboração do Certificado de Conclusão (COC) e Hand Over Protocol (HOP). O total eliminado de SDOs provém de projetos que foram iniciados anteriormente a 2002 (no âmbito do PBCO- Programa Brasileiro da Eliminação da Produção e Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, elaborado em 1994 e revisado em 1999) e posteriormente a essa data (no âmbito do PNC- Plano Nacional de Eliminação de CFC, aprovado pelo Fundo Multilateral em julho de 2002). Em 2007 foram concluídos os projetos de conversão das empresas do setor de espumas, totalizando 101 empresas.

b) **Gerenciamento do Passivo de CFC nos Segmentos da Refrigeração Doméstica e Comercial (Projetos de Recolhimento, de Regeneração e de Treinamento)** – As duas Centrais de Regeneração do estado de São Paulo encontram-se em funcionamento tendo regenerado em 2006/2007 cerca de 20.150 kg de CFCs. A Central de Regeneração do Estado do Rio de Janeiro encontra-se em funcionamento. O projeto de treinamento de refrigeristas habilitou em 2007, cerca de 6.100 técnicos em Boas Práticas na Refrigeração, sendo que no total já foram treinados aproximadamente 15.000 técnicos desde o início do projeto, em agosto de 2004.

c)- **Recolhimento e Reciclagem de CFC (MAC e chillers):** O projeto de recolhimento e reciclagem no setor automotivo (MAC) finalizou a distribuição de 335 equipamentos de recolhimento e reciclagem. Em 2007 foi iniciado o processo de aquisição de mais 25 máquinas para atender as regiões norte e nordeste.

d)- **Capacitação dos fiscais de Alfândega:** o Grupo de Trabalho - GT Alfândega, continua se reunindo periodicamente para estruturação da regulamentação nacional para controle e monitoramento da importação de SDOs. Em 2007 foram adquiridos 16 identificadores de gás para serem distribuídos para as gerências do IBAMA localizadas em cidades portuárias com maior possibilidade de comércio ilegal de substâncias que destroem a camada de ozônio. O Manual de Fiscalização do Comércio Externo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio encontra-se em fase de conclusão.

e)- **Eliminação do Brometo de Metila no setor agrícola:** A partir de janeiro de 2007 está proibida a importação do brometo de metila para quaisquer usos que não tratamento fitossanitário e quarentenário. Foram distribuídas 28 caldeiras a vapor para as Associações e agricultores das regiões de Atibaia, Holambra, Via Dutra, Ibiúna (todas no estado de São Paulo) e Pernambuco. Foram realizados treinamentos para operação das caldeiras e de Manejo Integrado de Pragas – MIP. Encontra-se em fase final de licitação a aquisição de 1000 coletores solares para distribuição aos agricultores familiares para auxiliar no tratamento do solo e substrato utilizado para o plantio de flores e plantas ornamentais.

**f- Banco de regeneração de halons:** O IBAMA finalizou a análise sobre o projeto de Halon, concluindo que o gerenciamento do Banco de Halons é responsabilidade da CETESB.

**g) - Divulgação do PNC:** continua sendo feita a divulgação do PNC, enfatizando a redução progressiva na disponibilidade de CFC e explicando a necessidade de recolhimento e regeneração de CFC nos setores de refrigeração e sistemas de ar condicionados, inclusive automotivos. Para tanto, folders, releases, spots de rádio e outros recursos de mídia foram utilizados para divulgações.

**h) - Instalação de máquinas recicladoras de CFCs de Ar Condicionado Central nas 5 Centrais de Regeneração:** projeto em fase inicial de execução, tendo sido iniciada a licitação para a aquisição das máquinas. Foram implantadas 10 Centrais de Reciclagem de CFCs (200 equipamentos) em lojas de comercialização de suprimentos para refrigeração (componentes, refrigerantes, etc), por meio da distribuição de máquinas de reciclagem: projeto em fase inicial de execução, tendo sido iniciada a licitação para a aquisição das 200 máquinas.

**i) - Incentivo à implementação de Sistema de Gestão Ambiental – SGA para micro e pequenas empresas do setor de refrigeração comercial:** projeto em fase inicial de execução, tendo sido iniciado o diagnóstico dos fluidos alternativos aos CFCs e equipamentos disponíveis, nacionais e estrangeiros. Preparação de minuta de acordo de cooperação a ser assinado entre o MMA, ABRAVA (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento) e ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados).

**k) Difusão de informações tecnológicas, treinamento e capacitação para o setor de refrigeração:** realização do Seminário “Uso de Refrigerantes Naturais em Sistemas de Refrigeração e Ar-Condicionado”..

**l)- Projeto de suporte ao desenvolvimento de normas técnicas para as atividades de recolhimento, reciclagem e regeneração de fluidos refrigerantes e aspectos de segurança relacionados ao uso de refrigerantes hidrocarbonetos:** desenvolvimento de metodologia e procedimentos necessários para a elaboração das propostas de normas para o setor de refrigeração e ar condicionado de acordo com a ABNT; diagnóstico da situação nacional de regulações e procedimentos adotados para as atividades de armazenamento/conservação//uso dos fluidos refrigerantes, Hidrocarbonetos e amônia, e a destinação final de equipamentos de refrigeração (refrigeradores e freezers comerciais e domésticos).

**4.1.4.3.3. AÇÃO – 0A42 – Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos.**

**4.1.4.3.3.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Apoiar os governos estaduais nas ações destinadas a prevenir a ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos e a atender de forma rápida e eficiente essas ocorrências, visando reduzir seus efeitos nocivos ao meio ambiente e aos organismos vivos.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
<b>Unidades Executoras</b>	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Controle da Poluição e Substâncias Químicas
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Mirian de Oliveira
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

**4.1.4.3.3.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício**

**4.1.4.3.3.2.1. Meta Física**

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projeto Apoiado	2	1

**4.1.4.3.3.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)**

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.790.969	247.170	1.543.799	1.543.799	1.543.799

#### 4.1.4.3.3.2.3 Resultados

Dentro das atividades da Ação 0A42, o apoio à estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos se apresenta como a principal. Nesta direção, a SMCQ promoveu o apoio ao Estado de Pernambuco para o "Projeto de Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com ênfase no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE", conforme Termo de Referência estabelecido pelo Grupo de Trabalho, Mapeamento de Áreas de Risco Ambiental, instrumento integrante do Plano Nacional de Prevenção, Preparação, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais - P2R2. O objeto do convênio é o "Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Perigosos, identificando, caracterizando e definindo o grau de risco ambiental ao longo das estradas da Região Metropolitana de Recife - RMR - com ênfase no Pólo Petroquímico de Suape", e tem como proponente o Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH. O valor total do Convênio celebrado é de R\$ 624.389,00, sendo R\$ 498.739,00 do concedente e R\$ 125.650,00 do proponente.

#### 4.1.4.3.4. AÇÃO – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas

##### 4.1.4.3.4.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Reduzir os riscos oferecidos por substâncias e resíduos perigosos ao meio ambiente e à integridade e bem estar das populações.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
<b>Unidades Executoras</b>	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Controle da Poluição e Substâncias Químicas
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Sérgia de Souza Oliveira
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-



#### 4.1.4.4.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.4.4.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Sistema Implantado	20%	25%

##### 4.1.4.4.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONIVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
650.968	42.594	608.374	606.979	606.979

##### 4.1.4.4.2.3 Resultados

O Plano de Implementação do Registro de Emissão e Transferência de Poluentes (RETP) está sendo realizado no âmbito do Tal Ambiental. Foi elaborado o Termo de Referência para contratação de consultoria jurídica e realizada a licitação com a seleção da empresa a ser contratada e a proposta técnico-financeira apresentada pela empresa está em fase de avaliação pelo Banco Mundial.

O apoio à instalação do laboratório de análise de dioxinas e furanos, fruto de um convênio firmado entre o MMA e a CETESB, continua a ser executado. As instalações do laboratório estão sendo finalizadas, com a inauguração prevista para março/abril 2008. Foram iniciadas ações visando o treinamento dos técnicos que irão efetuar o “start-up” do equipamento e operá-lo rotineiramente.

#### 4.1.4.4.5. AÇÃO – 2B85 – Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental

##### 4.1.4.4.5.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental principalmente àqueles que permitam a redução da geração e liberação de contaminantes ambientais e a sua gestão sustentável
<b>Unidade Responsável pelas Decisões</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

<b>Estratégicas</b>	Qualidade Ambiental – SMCQ / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria.
<b>Unidades Executoras</b>	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Departamento de Qualidade Ambiental / Gerência de Controle da Poluição e Substâncias Químicas
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Sérgia de Souza Oliveira
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

#### 4.1.4.4.5.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

##### 4.1.4.4.5.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projeto Apoiado	1	1

##### 4.1.4.4.5.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
770.641	209.539	561.102	561.102	561.102

#### 4.1.4.4.5.3. Resultados

##### 1- Projeto Piloto para "Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos"

Execução do Convênio, denominado “Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos”, entre MMA e o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Departamento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SENAI/RS), em parceria com os governos do Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG) e Pernambuco (PE), e o Centro Coordenador Regional para a América Latina e o Caribe de Capacitação e Transferência de Tecnologia da Convenção de Basiléia. Foram publicados três Manuais Técnicos, em português, espanhol e inglês, e cartazes explicativos, voltados à Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos no âmbito do Plano Estratégico da Convenção de Basiléia, com o objetivo de contribuir na busca de soluções econômica e ambientalmente viáveis para a minimização dos impactos ambientais. Os setores contemplados nesta fase piloto foram:

- Gestão de Fluidos de Usinagem (RS),
- Gestão de óleo Lubrificante Automotivo Usado (PE)
- Gestão de Resíduos em Tratamento de Superfície: Etapa de Decapagem ácida (MG)

## **2 - Programa de Produção e Consumo Sustentável**

Realizou-se, em abril de 2007, a primeira reunião da "Mesa Redonda Nacional de Consumo e Produção Sustentáveis", uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, do PNUMA e da União Européia, com o apoio da CETESB e do Projeto Competitividade e Meio Ambiente – CyMA/GTZ. Participaram representantes governamentais, especialistas nacionais e internacionais, representantes do setor privado, terceiro setor e da sociedade civil.

A Mesa Redonda Nacional de Consumo e Produção Sustentáveis integrou-se às iniciativas do PNUMA, e do Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN-DESA), visando à implementação do "Programa-Marco de 10 anos em Consumo e Produção Sustentáveis (CPS)", e teve como objetivo "prover informações sobre o Processo de Marrakech favorecendo o intercâmbio de informações entre o Brasil e outras regiões, particularmente a Europa, além de propiciar oportunidade para discutir perspectivas, desafios e temas prioritários relacionados a consumo e produção sustentáveis no país".

## **3- Avaliação Ambiental da Cadeia Madeira-Móveis**

Outro destaque das atividades nacionais foi a incorporação de diretrizes de gestão ambiental, produção mais limpa e ecoeficiência na cadeia de madeira e móveis no Brasil, resultado da colaboração entre SGT-6 (meio ambiente) e SGT-7 (Indústria), neste último caso, mais precisamente, o Foro de Competitividade de Madeira e Móveis, do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio - MDIC. Esta ação contou com a parceria do SEBRAE, por meio de sua rede nacional de atendimento às micro e pequenas empresas – MPEs. A seleção da cadeia para o estudo ocorreu em função de aspectos como “geração de emprego”, “aumento das exportações” e “desenvolvimento regional” (MDIC, 2001).

Assim, foi elaborado um estudo intitulado “Avaliação Ambiental da Cadeia Produtiva Madeira-Móveis”, resultado da uma parceria entre o Centro Nacional de Tecnologias Limpas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Rio Grande do Sul (CNTL SENAI-RS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e GTZ.

O estudo realizado permitiu avaliar ambientalmente a cadeia produtiva de madeira e móveis, verificando os principais aspectos ambientais no âmbito econômico, técnico e social.

Como ações concretas, foram selecionados dois Arranjos Produtivos Locais (APLs), um referente à indústria madeireira, no estado do Mato Grosso, na cidade de Sinop, e outro referente à indústria moveleira, no estado de Minas Gerais, na cidade de Uberaba.

#### 4.1.4.4.6. AÇÃO – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental

##### 4.1.4.3.6.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente, de outros órgãos de Governo, do setor produtivo, de organizações não governamentais e de agências financiadoras em temas relacionados à qualidade ambiental.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ
<b>Unidades Executoras</b>	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Rudolf de Noronha
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	-

##### 4.1.4.3.6.2. Resultados

#### 1- Curso: "Fundamentos, conceitos e metodologia de produção mais limpa (PMAISL)"

Objetivo: Capacitar os gestores públicos e técnicos de órgãos ambientais nos fundamentos, conceitos e metodologia de Produção mais Limpa UNIDO/UNEP para que os conhecimentos adquiridos possam ser utilizados nas atividades diárias de avaliações e análise de projetos. Carga horária: 24 horas

a) 1a turma: Curso realizado no Rio de Janeiro com a presença de 28 participantes dos órgãos: FEEMA, IBAMA, SENAI/RJ, SEBRAE/RJ E SESI/RJ. Período: 12 a 14 de março de 2007;

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

b) 2a turma: Curso realizado em Porto Alegre com a presença de 42 participantes dos órgãos: CORESUL, SEDAI, ENTL, HCPA, FEPAM, UFRGS, SEMA, SEC. EDUCAÇÃO/RS, UFSM, CORSAN, PREF. DE CANOAS, POLAR ENGENHARIA & MEIO AMBIENTE, OZ, IBPS, CAIXA/RS, INSTITUTO VENTURI, VRS CONSULTORIA AMBIENTAL, CIENTEC, FEPAS, UNISINOS e SULGAS. Período: 28 a 30 de março de 2007;

c) 3a turma: Curso realizado em Florianópolis com a presença de 31 participantes dos órgãos: SENAI/SC, SEBRAE/SC, FATMA, PROSUL, FIESC, TRACTEBEL ENERGIA, UNIGETECOM, UFRSC, MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA e UDESC. Período: 02 a 04 de abril de 2007.

## **2- Curso “Análise e Interpretação da NBR ISO 14.001”**

Conforme descrito no exercício de 2006, foi feita uma licitação para realização de cursos de Análise e Interpretação da NBR ISO 14.001” que começaram ser realizados em 2007. Os recursos foram repassados em 2006 para o Projeto PNUD BRA/00/020. O número de capacitados total deverá ser de 150 servidores de órgãos ambientais. Carga horária: 24 horas.

a) A 1a turma foi capacitada em Curitiba no período de 15 a 17 de maio de 2007 com a participação de 28 técnicos de OEMAs e IBAMA da região Sul do Brasil.

b) A 2a turma foi capacitada em Manaus no período de 29 a 31 de maio de 2007 com a participação de 22 técnicos de OEMAs e IBAMA da região Norte do Brasil.

c) A 3a turma foi capacitada em Fortaleza no período de 12 a 14 de junho de 2007 com a participação de 30 técnicos de OEMAs e IBAMA da região Nordeste do Brasil.

d) A 4a turma foi capacitada em São Paulo no período de 26 a 28 de junho de 2007 com a participação de 27 técnicos de OEMAs e IBAMA da região Sudeste do Brasil.

### Programação do Curso:

i- Apresentação, Conceitos, Impactos Ambientais, Legislação e Tecnologia e Controle Ambiental;

ii - Norma ISO 14.001 e 14.004;

iii- Auditoria Ambiental (ISO 19.011);

iv - Visita à empresa Certificada;

v - Estudo de Caso, Exercício Individual e Exercício em Grupo;

vi - Apresentação de Vídeo;

vii - Avaliação dos alunos e Avaliação do curso. Obs.: Ao final do curso, o aluno que obtiver nota superior a 7,0 na avaliação escrita e 75 % de presença durante o curso, receberá um Certificado, emitido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais e Saneamento - IBEAS.

### **3- "Seminário Nacional de Capacitação para a Convenção de Roterdã sobre o consentimento prévio informado no comércio internacional de certas substâncias químicas perigosas e agrotóxicos"**

Objetivo: Incrementar a cooperação nacional, por meio de discussões técnicas sobre a Convenção de Roterdã. O tema do evento foi o controle de importações/ exportações de substâncias químicas perigosas, com o objetivo de proporcionar aos participantes a compreensão dos requerimentos abrangidos pela Convenção e buscar estabelecer procedimentos para o seu cumprimento. Carga horária: 30 horas.

A capacitação foi realizada em Brasília no período de 21 a 24 de maio de 2007 com a participação de 40 técnicos de diversos órgãos e instituições, como: RECEITA FEDERAL, MDIC, ANDEF, ANVISA, FAO, IBAMA, MAPA, MMA e SINDAG.

### **4- Curso "Capacitação sobre o atendimento às emergências com produtos químicos perigosos"**

Objetivo: Permitir que os técnicos atuem nas emergências com produtos químicos perigosos, tendo como enfoque o aspecto da emergência no transporte rodoviário de produtos químicos. As aulas práticas e teóricas deverão permitir que os capacitados desenvolvam habilidades e conhecimentos para estar em condições de intervir nas emergências. Tais habilidades devem estar relacionadas a logística necessária para

atendimento à emergência, segurança do local, ações de confinamento e direcionamento de derrames, utilização de recursos e equipamentos de proteção pessoal, adoção de procedimentos básicos de descontaminação, encerramento de uma emergência e desmobilização. Carga horária: 80 horas.

A capacitação foi realizada em Campinas e Americana em São Paulo no período de 10 a 19 de abril de 2007 com a participação de 35 técnicos dos órgãos SEMA/AP, CRA/BA, SEMAR/PI, CPRH/PE, IMA/AL, ADEMA/SE, NATURATINS/TO, FEEMA/RJ, IAP/PR, SEMA /AC, IEMA/ES, SUDEMA/PB, IMASUL/MS, FEMA/MT, SEMA/MA, FEPAM/RS, IPAAM/AM, IDEMA/RN, SECTAM/PA, SEMACE/CE, SEDAM/RO, AGMA/GO, DIMA/SC, FEAM/MG, SEDUMA/DF, FEMACT/RR, SAÚDE/DF, DEF. CIVIL/DF, DPRF/DF, DPRF/DF, IBAMA/SP, IBAMA/CE e IBAMA/RN.

#### **5- Curso Gestão Integrada de Riscos Químicos**

A Gerência de Controle da Poluição e Substâncias Químicas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental promoveu, em parceria com a CETESB, de 29 a 31 de outubro, o primeiro de 3 cursos de “Gestão Integrada de Riscos Químicos”. Estiveram reunidos em Brasília, neste primeiro evento, 40 servidores públicos especialistas em emergências ambientais com produtos químicos perigosos das áreas de meio ambiente, saúde, corpo de bombeiros e defesa civil de 9 Estados: Acre, Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Tocantins.

No segundo curso de “Gestão Integrada de Riscos Químicos”, estiveram reunidos em Brasília, 40 servidores públicos especialistas em emergências ambientais com produtos químicos perigosos das áreas de meio ambiente, saúde, corpo de bombeiros e defesa civil de 9 Estados: Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Distrito Federal.

O último dos três cursos de 18 a 20 de dezembro de 2007 reuniu servidores públicos especialistas em emergências ambientais de nove Estados: Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. Além dos representantes dos estados, estiveram presentes neste evento, técnicos do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, do Ministério da Saúde, do IBAMA, da Secretaria Nacional de Defesa Civil e do Ministério do Meio Ambiente.

Ao todo, nos três cursos de “Gestão Integrada de Riscos Químicos”, foram capacitados 123 técnicos. O objetivo do curso foi alcançado, no sentido de promover a integração inter-setorial e de orientar e incentivar os estados na implantação de suas Comissões Estaduais do P2R2. A eficácia do P2R2 em todo o país depende, fundamentalmente, da criação e do fortalecimento das Comissões Estaduais e dos órgãos e instituições que a compõem. O planejamento das atividades proporcionará um desempenho gerencial eficiente no controle ou na redução desses riscos.

6 – Curso sobre Mudanças Climáticas com duração de 40 horas sobre mudanças climáticas voltado para os analistas ambientais que passaram a integrar o quadro de pessoal do MMA em 2007.

#### 4.1.4.3.6.3. Metas e Resultados da Ação no Exercício

PREVISTAS		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA

#### 4.1.4.3.7. AÇÃO – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo

##### 4.1.4.3.7.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Desenvolver, disponibilizar e aplicar alternativas tecnológicas que possibilitem a preservação, a recuperação e o monitoramento de áreas degradadas por incidentes de derramamentos de óleo causados pela indústria de petróleo.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
<b>Unidades Executoras</b>	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ademilson Zamboni
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	



#### 4.1.4.3.7.2. Resultados

- Realização de reunião, em outubro, envolvendo as instituições que integrarão a Comissão Coordenadora do PNC (MMA, IBAMA e Marinha do Brasil), para identificação das demandas de atualização e reformulação do PNC.
- Realização de reunião, em novembro, envolvendo as instituições que integrarão a Comissão Coordenadora do PNC (MMA, IBAMA e Marinha do Brasil), para e reavaliação das atribuições do IBAMA frente à coordenação das ações de resposta às emergências ambientais com óleo em Águas Interiores, bem como a divisão de atribuições do IBAMA e da Marinha por unidade geográfica (águas continentais e águas marítimas) ou por competência (coord. de preparo e coord. de resposta).
- O histórico de elaboração do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (PNC) decorre de 2001, quando o MMA criou um grupo de trabalho interministerial para a estruturação do Plano. Os esforços do Grupo resultaram em uma proposta de plano a ser instituído por decreto. Esta proposta foi re-trabalhada a partir de 2004 após novas consultas internas e externas, convencendo-se fundir partes do decreto e do plano em um único documento, configurando-se na minuta encaminhada à CONJUR no ano corrente. Tendo em vista o tempo decorrido desde o encerramento dos trabalhos do GT, identificou-se a necessidade de atualizar a proposta aos novos dispositivos legais (PEI e PA), aos instrumentos de planejamento, controle e resposta a derramamentos de óleo (Cartas SAO), às bases de informação (SIGERCOM). Soma-se a isso pertinência em revalidar a proposta frente às manifestações institucionais decorrentes da consulta realizada a partir de 2004; e a re-estruturação do MMA e da consolidação de sua atuação para a gestão ambiental do petróleo, por meio da Gerência de Qualidade Costeira e do Ar, da Diretoria de Qualidade Ambiental, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Essas razões motivaram a retomada do processo, a partir da realização de novas reuniões para finalização do Plano.

#### 4.1.4.3.7.3. Metas e Resultados da Ação no Exercício

PREVISTAS		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
3		1	

#### 4.1.4.3.8. AÇÃO – 2D05 – Promoção da Proteção da Atmosfera

##### 4.1.4.3.8.1 – Dados Gerais

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2007

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Desenvolver um conjunto de indicadores para a identificação de tendências relativas a qualidade do ar, a eficácia das medidas de proteção à camada de ozônio e as emissões dos gases que promovem o efeito estufa, visando subsidiar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade ambiental.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
<b>Unidades Executoras</b>	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ademilson Zamboni
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	

#### 4.1.4.3.8.2. Resultados

Atuação junto ao Grupo Ad Hoc de Qualidade do Ar do MERCOSUL, com objetivo de estabelecer uma estratégia comum para determinação de parâmetros de medição e avaliação da qualidade do ar.

- Consolidação de entendimentos entre o MMA e a ANP para atendimento às determinações da Resolução CONAMA 315/02, relacionada aos limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para veículos leves e pesados, as quais entrarão em vigor em 2009.
- Criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da CT de Controle da Qualidade Ambiental do CONAMA, para definição de padrões de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas.

#### 4.1.4.3.8.3. Metas e Resultados da Ação no Exercício

PREVISTAS		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
1		1	

#### 4.1.4.3.9. AÇÃO – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis

##### 4.1.4.3.9.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Atividade (orçamentária)
<b>Finalidade</b>	Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos e combate ao derramamento.
<b>Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas</b>	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
<b>Unidades Executoras</b>	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
<b>Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução</b>	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e do Ar
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ademilson Zamboni
<b>Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)</b>	

##### 4.1.4.3.9.2. Resultados

– Conclusão do Atlas de Sensibilidade Ambiental da Bacia Sedimentar Marítima de Santos e seleção de projeto para elaboração das Cartas SAO e do Atlas da Bacia Sedimentar Marítima do Espírito Santo, por meio de edital do CNPq, para execução no biênio 2008-2009.

##### 4.1.4.3.9.3. Metas e Resultados da Ação no Exercício

PREVISTAS		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
38		42	

